

O FÓRUM MACAU E A CPLP NAS ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL DA CHINA E DO BRASIL NA ÁFRICA

Isabel VELOSO¹

■ **RESUMO:** Este artigo pretende elaborar reflexões comparativas sobre as estratégias da política externa brasileira e chinesa na África, através da atuação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau). A questão de partida deste trabalho é como a CPLP e o Fórum Macau contribuem efetivamente para o fortalecimento das relações do Brasil e da China com os países africanos de língua oficial portuguesa. Esta abordagem se justifica pelo papel de liderança que o Brasil possui na CPLP e pelo fato da China ter utilizado o legado lusófono da colonização portuguesa na Região Administrativa de Macau para criar o Fórum Macau e expandir suas relações com os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), conseguindo um grande salto quantitativo após a criação do fórum. Esse trabalho também se justifica pela pouca clareza existente com relação aos objetivos e formas de atuação do Fórum Macau e da CPLP na África.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Cooperação Sul-Sul. Fórum Macau. Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Introdução

A África é o continente de maior entrecruzamento entre a Cooperação Norte-Sul (CNS) e a Cooperação Sul-Sul (CSS). Os países que mais atuam através da CSS neste continente são:

¹ Doutoranda do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP). UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. IESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22260-100 – isabelveloso.pol@gmail.com.

China, Brasil e Índia. O termo Cooperação Sul-Sul é utilizado para ilustrar a busca por uma relação horizontal de benefícios mútuos que pretende se diferenciar da cooperação de caráter vertical empreendida pelos países do Norte, denominada Cooperação Norte-Sul. Para o Brasil o relacionamento com o continente africano é uma das mais importantes frentes de atuação Sul-Sul.

O Brasil possui uma forte ligação histórica e cultural com o continente africano, especialmente com os países de língua oficial portuguesa (PALOP), sendo esses os principais receptores da cooperação técnica² e dos investimentos da indústria brasileira, especialmente no ramo de petróleo e mineração. A figura abaixo, cujos dados foram coletados pela Agência Brasileira de Cooperação³ (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores, responsável pela coordenação da cooperação técnica, mostra que, dentre os países africanos com os quais o Brasil mantém projetos de cooperação técnica⁴, os cinco países africanos de língua oficial portuguesa lideram a lista dos principais parceiros no continente⁵. De acordo com Cabral & Winestock (2010), no ano de 2010 os PALOP absorveram 74% dos investimentos do Brasil destinados à África.

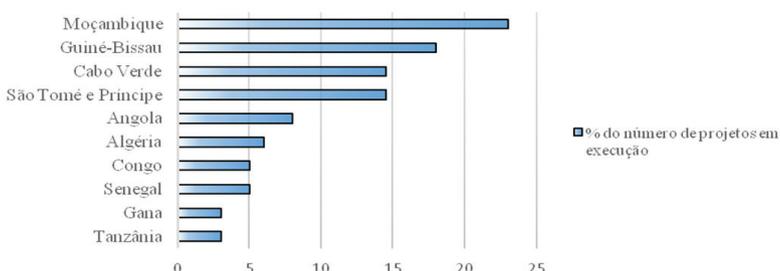
² “Apesar do seu peso relativamente baixo no total de recursos para a cooperação internacional, que continuam a ser dominados pelas contribuições a organismos internacionais, a cooperação técnica representa, em grande medida, a imagem de marca da cooperação brasileira. Esta é a componente da cooperação que tem maior visibilidade perante o público, particularmente a nível externo, em parte devido à promoção feita pelo Presidente Lula das contribuições de instituições como a Embrapa, a Fiocruz e o SENAI para o desenvolvimento de outros países” (CABRAL, 2011, p.12).

³ “A ABC coordena, atualmente, cerca de 300 projetos e atividades isoladas em diferentes fases de execução com 36 países africanos. São eles África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Burquina Faso, Botsuana, Cabo Verde, Comores, Egito, Gabão, Camerão, Gana, Guiné Equatorial, Chade, Guiné Bissau, Gâmbia, Libéria, Lesoto, Malawi, Mali, Moçambique, Marrocos, Nigéria, Namíbia, Quênia, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue” <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.1-cooperacao-internacional-cooperacao-bilateral-prestada>. (Acesso em 24/07/2014).

⁴ Atualmente, o Brasil possui acordos vigentes de cooperação técnica com os seguintes países africanos: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo, Zaire e Zimbábue. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/AcordosVigentes/CGPD>. Acesso em 24/07/2014.

⁵ Como destaca Lilia Cabral (2011, p.13), “[o]s projetos e programas de cooperação técnica brasileira consistem na transferência de conhecimento, práticas e tecnologias relativas a diversas áreas setoriais e temáticas, visando o reforço de capacidades individuais e institucionais. Trata-se sobretudo de prestações em espécie, sem transferência de recursos financeiros propriamente ditos e sem intermediações. A partilha, ou intercâmbio, é feita (o) diretamente pelos técnicos das instituições brasileiras da especialidade, que trabalham nas áreas selecionadas para a cooperação dentro do próprio Brasil. Assim, por exemplo, na área de pesquisa de agricultura tropical, são os pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que participam pessoalmente nos projetos de cooperação, adaptando os seus conhecimentos e tecnologia desenvolvidos no contexto agropecuário brasileiro para os países parceiros beneficiários”.

Figura 1 – Principais parceiros do Brasil na cooperação técnica com a África



Fonte: Agência Brasileira de Cooperação (2011)

O orçamento destinado para a cooperação com a África supera os 65 milhões de dólares em projetos assinados, compreendendo 55% dos recursos totais da ABC. Como destaca o Ministério, um dos objetivos fundamentais da política externa brasileira⁶ para a África é o fortalecimento das relações com os PALOP.

Com uma economia significativamente maior do que a brasileira, a política externa chinesa também tem investido muito em Cooperação Sul-Sul na África, uma das iniciativas que vem trazendo bons resultados foi a criação do Fórum Macau que ajudou a ampliar as negociações através da construção de uma esfera de confiança entre a China e os países lusófonos, especialmente os PALOP.

A hipótese que será investigada é a de que existe uma contradição na participação do Brasil no Fórum Macau, pois a ampliação desse Fórum, através da formação de um ciclo de confiança e o oferecimento de parcerias financeiramente mais vantajosas aos PALOP, implica na redução da importância da CPLP e em maiores desafios para a expansão da CSS do Brasil na África.

O surgimento da Cooperação Sul-Sul

Conforme a definição de Milani (2012, p. 211), a Cooperação para o desenvolvimento pode ser entendida como

⁶ Na obra *The changing politics of foreign policy*, Christopher Hill (2003) define política externa como a soma das relações oficiais externas conduzidas por um ator independente, que geralmente é o Estado, nas relações internacionais.

[...] um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas difundidas (ou, em alguns casos, prescritas) por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional.

O surgimento da ideia de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) aconteceu logo após a Segunda Guerra Mundial. A princípio, o objetivo era reconstruir os países europeus devastados após os seis anos de guerra. Em 1948, foi lançado um plano de cooperação internacional de grandes proporções, o Plano Marshall, que resultou na criação da Organização Europeia de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com o passar do tempo, “[a] CID passou a exercer papel fundamental enquanto instrumento da política externa dos países desenvolvidos, tanto para a internacionalização de suas práticas de governança, quanto para a projeção de seus respectivos modelos de capitalismo” (MILANI; CARVALHO, 2013, p.12).

A forma mais difundida de CID é a Cooperação Norte-Sul que, para seus críticos, funciona com o objetivo principal de ser um veículo de difusão do ideal ocidental de modernidade e da exportação de modelos americanos e da Europa Ocidental de gestão de políticas públicas estando atrelada à ideia de que o subdesenvolvimento dos países da América Latina, África e da Ásia é um atraso que deveria ser superado. A CNS é justificada com um forte discurso de solidariedade para com os países em atraso, mas alguns dos objetivos e intenções dessa forma de cooperação vertical tornam-se visíveis quando se analisa o cerne de alguns projetos de cooperação que fazem exigências pouco favoráveis aos países em desenvolvimento, como a obrigatoriedade da aquisição de equipamentos e serviços dos Estados doadores.

Cooperação Sul-Sul é um termo utilizado para se referir a “[...] um amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento – desde a formação temporária de coalizões no âmbito das negociações multilaterais até o fluxo de investimentos privados” (LEITE, 2010, p.1), tendo suas raízes na criação do Movimento dos Não-Alinhados (MNA), nas décadas de 1950 e 1960 e do Grupo 77 (G-77). Num certo sentido, a

Conferência de Bandung⁷ (1955) foi um marco na consciência das populações dominadas acerca de sua força e das possibilidades de alteração do rumo das coisas.

O espírito de Bandung iria transcender o contexto afro-asiático e as questões eminentemente políticas. O ator coletivo, forjado no conceito de cooperação Sul-Sul em abril de 1955, sofreria mudanças quantitativas e qualitativas no curso dos anos posteriores, ao incorporar maior número de países, não só afro-asiáticos, mas também latino-americanos, e ao adotar uma agenda econômica cada vez mais pronunciada e complexa. À medida que a onda da independência política se alastrava, contemplando a quase totalidade da Ásia e da África, reivindicações, como o fim do colonialismo, passavam a ser satisfeitas. Os jovens países percebiam, todavia, que o fim do jugo colonial não rompia os laços da dependência. Persistia a subordinação econômica efetiva, expressa na condição de subdesenvolvimento, quadro compartilhado pelos países da América Latina (LEITE, 2010, p. 56).

Essa forma de cooperação horizontal passou por uma fase de desprestígio na conjuntura internacional nas décadas de 1980 e 1990, devido à crise econômica vivenciada pelos países em desenvolvimento, mas ganhou novo impulso e vem se

⁷ Além da Conferência de Bandung, são fatores importantes na história da CSS: “a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (1964); a cooperação cubana por meio do envio, desde os anos 1960, de médicos e professores a inúmeros países em desenvolvimento; a criação do Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Árabe em 1961 e, já nos anos 1970, do Banco de Desenvolvimento Islâmico e do Banco Árabe para o Desenvolvimento; a criação do G-77 nas Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional; a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e as duas crises dos anos 1970; a Conferência de Buenos Aires e seu Plano de Ação sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (1978); o Programa de Arusha (1979), que enfatizou a importância da *collective self-reliance*; o Programa de Ação de Caracas (1981) e a criação do sistema geral de preferências comerciais entre países em desenvolvimento; a criação da Agência Brasileira de Cooperação em 1987; a instalação, em 1992, da agência turca de cooperação e desenvolvimento (TIKA); o restabelecimento, com a mudança terminológica, da Unidade de Cooperação Sul-Sul no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1996); a celebração do Primeiro Fórum de Cooperação China-África em Pequim (2000); o Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) em 2003; a Primeira Cúpula do Sul (celebrada no Marrocos, em 2003) que redefiniu as bases do Comitê de Cooperação Sul-Sul, bem como a Segunda Cúpula do Sul (Doha, em 2005) e a Conferência de Alto-Nível das Nações Unidas sobre CSS (Nairóbi, em 2009); a celebração do ano da África para a cooperação turca em 2005; a criação pelo governo sul-africano do “African Renaissance and Cooperation Fund”; o lançamento pelo Brasil de seu primeiro relatório, preparado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) sobre cooperação para o desenvolvimento (2010); a fundação da Agência Mexicana de Desenvolvimento e Cooperação (AMEXID), em 2011; o lançamento, em 2012, do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul do governo brasileiro, com edital com valor global de 2 milhões de USD para projetos concebidos por municípios e estados (2012); o debate entre os BRICS sobre a criação de um banco de desenvolvimento, a partir da iniciativa indiana em 2012, entre outros” (MILANI; CARVALHO, 2012, p.13-14).

desenvolvendo, principalmente no início do século XXI, ao ser favorecida pelo amadurecimento político e econômico dos países considerados poderes emergentes, como o Brasil e a China – duas dentre as seis maiores economias do mundo. Como destaca Hirst (2012), a atuação de poderes emergentes⁸, em diversos contextos externos, vem gerando uma importante transformação nas agendas multilaterais no aspecto econômico, político e de segurança. A China e o Brasil são países que têm contribuído para a diversificação de ofertas de cooperação internacional para o desenvolvimento. Para a autora, esse desempenho vem sendo aprimorado por três tipos de presença externa:

- i) Maior poder de agenda nos regimes e organizações de governança global;
- ii) Uma expandida responsabilidade militar e policial nos cenários de reconstrução pós-bélica, crises humanitárias causadas por desastres naturais e déficits econômicos; e
- iii) Novas responsabilidades em termos de paz, estabilidade e desenvolvimento sustentável (HIRST, 2012, p.9).

Contudo, é válido ressaltar, como aponta Carlos Milani (2012), que a diferenciação entre a Cooperação Norte e Sul e a Cooperação Sul-Sul é fundamentalmente empírica e deve ser pensada a partir do legado do ativismo multilateral de alguns países e do novo papel que ocupam no cenário internacional. O autor alerta para o risco da CSS reproduzir o modelo de CNS que eles próprios criticaram. Em outro artigo, Milani e Carvalho (2013) falam sobre a utilização do conceito de solidariedade para fins políticos por países da CSS, assim como fazem muitos Estados doadores no âmbito da Cooperação Norte-Sul. Eles citam como exemplo o Brasil, que fez da “diplomacia solidária” um elemento de sua política externa, definindo-a como um meio através do qual “o Brasil coloca à disposição de outros países em desenvolvimento as experiências e conhecimentos de instituições especializadas nacionais, com o objetivo de colaborar na promoção do progresso econômico e social de outros povos” (MILANI; CARVALHO, 2013, p.22).

⁸ “Conquanto seja certo que a noção de países emergentes surgiu em função essencialmente de indicadores de desempenho econômico (presença no mercado internacional, expressiva demanda interna e ritmos acelerados de crescimento), em alguns casos ocorre simultaneamente sua aplicação para Estados que revelam haver subido vários degraus quanto a sua influência em temas de política e segurança global. Desta forma observa-se uma reconfiguração do rótulo de ‘economias emergentes’ para o de ‘poderes emergentes’” (HIRST, 2012, p. 9).

De acordo com a análise de Hirst (2012), a participação de poderes emergentes em novas frentes de atuação gera novas possibilidades de articulação Norte-Sul e Sul-Sul com inúmeros impactos no cenário global. Essa nova realidade corresponde a um dos resultados do processo de difusão do poder internacional, que possibilita a participação de novos atores estatais, reordenando o sistema internacional e favorecendo a ampliação da influência e do espaço de atuação de novos atores, que vem aplicando ideias inovadoras nos campos econômico, político e militar.

A Cooperação Sul-Sul na Política Externa Brasileira

Ao longo dos últimos anos, em sua posição de poder emergente, o Brasil tem deixado clara a sua pretensão de influenciar no processo de reformulação de consensos mínimos da comunidade mundial em torno da Cooperação Internacional. São fatores que possibilitam esse avanço: a estabilidade governamental alcançada pelo Brasil, o crescimento econômico do país e o dinamismo característico da nossa política externa. Como parte das recompensas que podem ser obtidas, através das iniciativas de cooperação promovidas pelo Brasil, pode-se destacar o aumento da possibilidade de abertura de novos mercados e o aumento das oportunidades de investimentos para a indústria nacional. Do mesmo modo, cabe lembrar conquistas mais subjetivas, como a afirmação do país como potência capaz de influenciar significativamente em questões globais e de argumentar em prol da obtenção de lugares privilegiados nos fóruns internacionais, a exemplo da reivindicação de uma cadeira definitiva no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

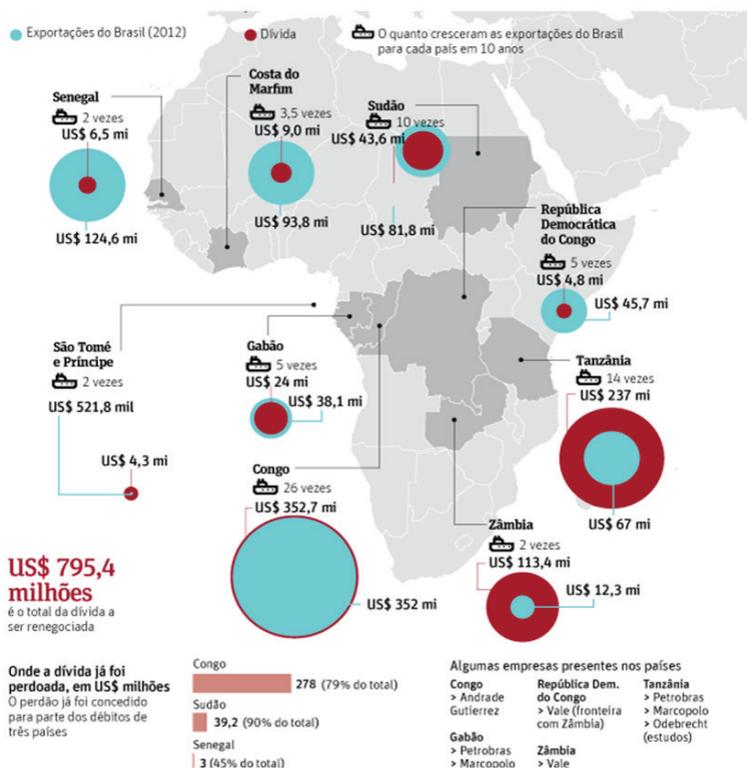
A CSS é entendida pelo Brasil como uma maneira de evitar as assimetrias proporcionadas pela Cooperação Norte-Sul e, nesse papel, compreende-se sua recusa em ser denominado como um “doador emergente” e em se classificar determinados países como Estados “falidos” ou “fracos”. Para Maria Regina Soares de Lima (1990), países como o Brasil optam por adotar um comportamento internacional de natureza multifacetada, buscando se beneficiar do sistema internacional e, ao mesmo tempo, remodelá-lo com o intuito de favorecer os países do Sul.

Um dos recursos possíveis da cooperação é o perdão ou a renegociação de dívidas externas. A figura abaixo, elaborada

pela *Folha de São Paulo* com base nos dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e do *Diário Oficial da União*, faz uma sobreposição entre o valor da dívida perdoadada e o retorno obtido pelo Brasil, através do volume de exportações para os mesmos países, no ano de 2012. Partindo da ressalva de que os benefícios do perdão das dívidas mencionadas na figura ainda podem impulsionar retornos mais significativos a médio e longo prazo, é possível notar que a política de renegociação de cerca de US\$ 800 milhões, empreendida durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), tem ajudado a impulsionar as empresas brasileiras na região. As vendas brasileiras já ultrapassaram em mais de 20 vezes os valores perdoados⁹. O Itamaraty defende que o perdão da dívida externa funciona como uma prática para impedir que o peso da dívida desses países prejudique o crescimento econômico e a superação da pobreza, além de alavancar novos negócios.

⁹ O Senegal, por exemplo, recebeu um desconto de US\$ 3 milhões em sua dívida e no mês seguinte comprou três aeronaves de ataque tático, Super Tucano, da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) e dois navios-patrolha da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), vinculada ao Ministério da Defesa. As duas compras contaram com um financiamento de US\$ 120 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que não seria permitido se o país ainda estivesse em dívida com o Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/08/1324813-perdao-a-paises-africanos-impulsiona-empresas-brasileiras.shtml>. 2548>. Acesso em: 03/07/2014.

Figura 2 – Volume de exportações e perdão da dívida externa de países africanos



Fonte: MDIC e Diário Oficial da União¹⁰

Como destacam Milani e Carvalho (2013, p.25),

Entre 2003 e 2009, o governo brasileiro perdoou dívidas de Angola, Moçambique e doou 300 milhões de dólares em cooperação alimentar para Somália, Sudão, África do Sul, Saara Ocidental e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A cooperação internacional desenvolvida pelo Brasil é marcada pelas ações de assistência humanitária, cooperação horizontal e presença militar-policial. Como aponta Mônica Hirst

¹⁰ A figura, bem como a reportagem completa de Isabel Fleck intitulada “Perdão a países africanos impulsiona empresas brasileiras”, publicada em 11/08/2013, está disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/08/1324813-perdao-a-paises-africanos-impulsiona-empresas-brasileiras.shtml>. Acesso em: 03/07/2014.

(2012), nos países em que desenvolve ações de cooperação, o Brasil se posiciona como um ator que pretende ser reconhecido como um “novo tempo” da cooperação internacional que “[...] além de contribuir para desvencilhar o receptor de um passado insatisfatório em matéria de cooperação internacional, mostra-se comprometido com uma missão de transformação sustentável” (HIRST, 2012, p. 7).

Ainda segundo Hirst (2012, p.42), “Uma especificidade da CSS brasileira tem sido o empenho de vincular suas ações à importância do Estado e de promoção de bens públicos, algo sempre presente nos programas de capacitação e de assistência técnica que o país oferece”. No entanto, a exemplo da atuação da Embrapa na Venezuela, que compreende a assistência a iniciativas empresariais brasileiras, onde há convênio assinado com a construtora Odebrecht para a transferência de tecnologia para um projeto de desenvolvimento agrário na Planície de Maracaibo, as fronteiras público/privado estão em constante diluição na área agrícola. As empresas de agroindústria brasileira com inserção no exterior acabam se beneficiando dos projetos de transmissão de conhecimento técnico.

Outro ponto importante a ser destacado, observado por Lima (2005), refere-se à ideia de que é fundamental conhecer a inserção geopolítica do Brasil para entender a definição de seus interesses nacionais. Segundo a autora, a localização no Hemisfério Ocidental tem sido um dos principais vetores da inserção internacional do Brasil, pois, apesar dessa área receber grande projeção de poder e influência dos Estados Unidos, tem um escasso valor estratégico para a política externa desse país, exceto durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, o Brasil está inserido em um contexto regional estável, sem nenhum conflito com os países vizinhos, podendo se autodeterminar, como aponta a autora, um “país geopoliticamente satisfeito”.

A expansão da Cooperação Sul-Sul chinesa

A ascensão chinesa tem sido um dos principais pontos de análise quando se fala no declínio do poder norte-americano e crescimento dos grandes mercados emergentes, a chamada transição de poder. Ao falar sobre o desafio chinês na obra *The future of power*, Joseph Nye (2010) ressalta que a China

precisa utilizar diversos recursos de *soft power*¹¹ visto que o seu modelo político autoritário limita a sua capacidade de atração. Além disso, o acelerado crescimento econômico chinês tem gerado preocupações em diversos mercados, o que pode resultar na criação de novas alianças para contrabalancear o poder chinês. Para o autor, o crescimento chinês deve declinar significativamente quando a renda *per capita* ultrapassar o patamar de \$10.000 devido ao “efeito de alcance”, um conceito que afirma que o crescimento econômico se torna mais lento e difícil ao passo que a dotação de capital de um país aumenta. Outro ponto destacado por Nye é a questão demográfica: a população da China está envelhecendo e em 2030 haverá mais idosos do que crianças. Desta forma, Nye relativiza o chamado desafio chinês e argumenta que, mesmo que a economia chinesa ultrapasse a americana em termos de sofisticação, os Estados Unidos ainda estarão no centro da produção científica internacional. Acrescenta ainda que a ascensão da China e o declínio dos Estados Unidos são unidimensionais, visto que se focam apenas no PIB e não levam em consideração a sofisticação da economia estadunidense, sua supremacia militar e seu complexo sistema de alianças em contraste com as fragilidades internas do sistema político chinês.

Feitas as ressalvas em relação ao otimismo quanto à ascensão da China como a maior potência mundial, ocupando o lugar dos Estados Unidos, pode-se falar dos avanços que a política externa chinesa vem empreendendo com a utilização do *soft power*. Considerado o maior país subdesenvolvido do mundo, a China tem empenhado muitos esforços na Cooperação Sul-Sul e vem se consolidando como um parceiro alternativo para diversos países ocidentais da África e da América Latina.

Na obra *Charm offensive: how China's soft power is transforming the world*, Joshua Kurlantzick (2007) fala sobre as estratégias de *soft power* e a ascensão da influência da China no sudeste da Ásia e na África, e defende a tese de que com a combinação de diplomacia, oferecimento de ajuda e oportunidade de negócio, a China conseguiu alterar a sua imagem perante boa parte do mundo, passando de uma ameaça para uma oportunidade e de um país perigoso para um país benfeitor. Para o Kurlantzick, a tendência é que a China se torne cada vez mais respeitada e

¹¹ *Soft power* é definido por Nye (2010) como a habilidade de cooptar, persuadir e exercer atração positiva, trata-se do poder de moldar os interesses e preferências de aliados e rivais para construir e aprofundar suas parcerias.

as relações com ela cada vez mais valorizadas. O maior exemplo de sucesso dessa estratégia é Hong Kong, que se afastou dos Estados Unidos e passou a ver na China oportunidades de todos os tipos.

A intervenção da China em países africanos possui grande visibilidade no cenário internacional e é alvo de diversas análises e questionamentos, podendo ser entendida tanto como uma parceira para o desenvolvimento, transferindo experiência e desenvolvimento econômico, quanto como uma concorrente, sem visão das necessidades locais e focada na obtenção de recursos a curto prazo. No livro *China in Africa*, Chris Alden (2007) sintetiza as três posições de análise preponderantes no mundo em relação à afirmação da China na África: a primeira está relacionada à justificativa disseminada pelo governo da China, que se coloca como uma parceira para o desenvolvimento africano, onde suas intervenções seriam baseadas em um projeto de longo prazo para se chegar a benefícios mútuos; a segunda avalia que a intervenção chinesa é um meio de alcançar seus interesses imediatos por recursos naturais e trará resultados devastadores para o continente; e a terceira análise, que segundo Alden (2007) é a mais recorrente no Ocidente, avalia que a China tem pretensões neocolonialistas, usando a Cooperação Sul-Sul como um pretexto para assumir o controle político da região.

Fórum Macau

O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau) foi criado em 2003 e é composto pelos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor Leste. São Tomé e Príncipe não é membro por manter relações diplomáticas com Taiwan em detrimento da China, mas participa como observador nas Conferências Ministeriais.

A denominação Fórum Macau deve-se ao fato do seu secretariado permanente¹² estar localizado na Região Administrativa

¹² “Este Secretariado é constituído por três gabinetes chefiados por Secretários-Gerais Adjuntos: o Gabinete de Administração, com funcionários do Ministério do Comércio da China, encarregue do trabalho diário; o Gabinete de Apoio, com funcionários de Macau, providencia os recursos necessários para as actividades; e o Gabinete de Ligação, com representantes dos países de língua portuguesa, gere os contactos com estes países (Fórum Macau, 2008). Embora não se trate de uma Organização Internacional, a existência de uma estrutura em permanência leva a que a dinâmica do Fórum Macau extravase as Conferências Ministeriais. Para além de organizar estes encontros regulares e algumas reuniões extraordinárias, o Secretariado Permanente como função: facilitar contactos aos empresários que o solicitem presencialmente, por telefone

Especial de Macau (RAEM)¹³. Macau foi colonizado e administrado por Portugal ao longo de 400 anos, tendo sido a última colônia europeia na Ásia, tornando-se uma das regiões administrativas especiais da China em 1999, assim como Hong Kong em 1997.

A língua oficial, a cultura e a memória da colonização portuguesa vêm sendo preservadas e incentivadas pela administração chinesa em Macau. A região tem funcionado como um eixo de ligação entre o Oriente e o Ocidente e, mais intensamente, entre a China e os países lusófonos. O estabelecimento do secretariado permanente do Fórum em Macau tem se traduzido em uma excelente estratégia da política externa chinesa em utilizar a herança da colonização portuguesa para se aproximar do mundo lusófono, facilitando negociações e parcerias comerciais e econômicas.

Para Mendes, a criação do Fórum na Região Administrativa de Macau é também uma forma de atrair Taiwan para a reunificação, pois ao contribuir para a diversificação da economia de Macau, “[...] o Fórum Macau evidencia o sucesso da fórmula ‘um país, dois sistemas’” (MENDES, 2010, p.43).

O conceito de “um país, dois sistemas” foi desenvolvido em 1984 pelo então líder total da China, Deng Xiaoping, tendo como objetivo unificar o país. O princípio foi proposto, primeiramente, para Hong Kong, durante as negociações com Margareth Thatcher, e, posteriormente, durante as negociações com o governo português no decorrer do processo de descolonização de Macau. Os novos territórios, que eram, respectivamente, colônias da Inglaterra e Portugal, utilizavam o capitalismo como modelo econômico e precisavam ser integrados à China – um país socialista. A proposta permite que os novos territórios, que passariam a ser Regiões Administrativas Especiais (RAE), pratiquem o capitalismo de forma autônoma ao longo de 50 anos, após a reunificação. A proposta de se transformar em uma RAE possui grande rejeição em Taiwan e, por isso, demonstrações de prosperidade econômica e autonomia, como a de Macau, podem

ou por e-mail e disponibilizar informação útil no web site(11) do Fórum; financiar encontros empresariais nos vários Estados-membros organizados pelas agências de investimento ou associações comerciais locais em coordenação com o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) e o *China Council for the Promotion of International Trade* (CCPIT); e organizar acções de formação em Macau e na China dirigidas a quadros dos países de língua portuguesa, nos mais variados sectores de actividade” (MENDES, 2013, p. 7).

¹³ Macau é conhecida como a “Las Vegas do Oriente”, sua economia é, em grande parte, baseada no mercado do jogo e no turismo.

funcionar como instrumento de persuasão para a política externa chinesa.

A implantação do secretariado permanente do Fórum em Macau trouxe como benefícios para a região uma maior promoção da sua imagem internacional, o aumento do turismo e a diversificação da economia, incluindo a incorporação de novos serviços relacionados à lusofonia, preservando a sua autonomia e a prosperidade da região.

De acordo com Mendes (2013), do ponto de vista político, a aproximação da China com o mundo lusófono procura evitar o reconhecimento de Taiwan como um Estado soberano e conquistar apoio nas Organizações Internacionais, além de ser aceita como grande potência desafiando a hegemonia ocidental, aproveitando interesses em comum com o Brasil e os antagonismos entre as elites africanas e ocidentais para alcançar maior espaço no cenário internacional. Os interesses econômicos da China estão associados a transações comerciais, de exportação de produtos manufaturados, e importação de recursos energéticos, florestais e agrícolas.

O Fórum Macau representa uma nova forma de cooperação trans-regional, com o estabelecimento de contatos regulares entre os participantes e o uso da atração econômica chinesa para ganhar espaço no cenário internacional. É difícil mensurar os retornos financeiros que vêm sendo alcançados após a criação do fórum, devido à inexistência de dados estatísticos precisos. No entanto, as estatísticas emitidas pelos Serviços Alfandegários apontam que no primeiro semestre de 2014 as trocas comerciais entre a China e os países lusófonos foram de:

[...] 64,68 mil milhões de dólares, um crescimento homólogo de 6,83%. As importações da China dos Países de Língua Portuguesa foram de 44,22 mil milhões de dólares, um acréscimo homólogo de 9,10%, enquanto as exportações da China para os Países de Língua Portuguesa foram de 20,46 mil milhões de dólares, um aumento homólogo de 2,25%.¹⁴

Tais números começaram a ter um crescimento significativo e constante, com o passar dos anos, desde a criação do Fórum. Não é possível afirmar que o aumento do número de acordos de

¹⁴ Disponível em “As trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa no primeiro semestre de 2014 foram de 64,68 mil milhões de dólares”, <http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/announce.php?id=2548>. Acesso em: 01/08/2014.

cooperação e transações comerciais não ocorreria sem a existência do Fórum Macau, mas é inegável a capacidade do fórum em criar uma esfera de confiança entre os países participantes e auxiliar na identificação de objetivos comuns entre os países. “Se hoje em dia, em que por todo o mundo lusófono se procura atrair investimento chinês e fechar negócios com a China, este papel de facilitador poderá parecer dispensável, há dez anos atrás esta função não era, de todo, despiciente” (MENDES, 2013, p. 8).

A China vem conquistando espaço junto aos PALOP, ganhando confiança através da proximidade estabelecida pelo Fórum, das mudanças que vêm ocorrendo em sua imagem perante o mundo e das ofertas de parcerias mais lucrativas e a baixos custos, com as quais dificilmente o Brasil poderia concorrer.

O papel da CPLP para as relações do Brasil com os PALOP

As relações entre o Brasil e os PALOP existem desde o período colonial e se intensificaram após a Revolução dos Cravos (1974)¹⁵, com a independência e conquista de autonomia das colônias portuguesas na África (1974-1975). Desde então, o Brasil pôde começar a colocar seus interesses nas ex-colônias em prática, favorecendo a sua política de diversificação de parceiros. Um dos marcos dessa aproximação entre o Brasil e a África foi o fato de ele ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (1975).¹⁶ O interesse brasileiro pela África teve o seu ponto

¹⁵ O regime ditatorial do Estado Novo, que foi encerrado em Portugal após a Revolução dos Cravos, tinha como uma de suas principais preocupações a criação de justificativas para a manutenção do Império Colonial Ultramarinho. O regime salazarista promoveu a estruturação político-administrativa do Império Colonial Português. Tendo como ponto de partida a ideia de uma “herança histórica peninsular”, o discurso do “destino imperial português” foi sendo cuidadosamente construído ao longo do período salazarista. Procurou-se fortalecer e difundir esse discurso junto à população portuguesa, reelaborando um consenso nacional em prol do projeto imperial. Porém, junto à comunidade internacional, tal consenso estava longe de ser alcançado. Durante o Estado Novo, Portugal acabou enfrentando um relativo isolamento internacional em função da condenação da Comunidade Internacional à política colonialista, sobretudo a partir da década de 1950, visto que no contexto posterior à Segunda Guerra as antigas potências imperialistas europeias, enfraquecidas pelas crises, começaram a receber fortes pressões de suas colônias pela emancipação. Em acréscimo a essa pressão havia a falta de capacidade econômica de Portugal para aproveitar de forma lucrativa os recursos existentes nas colônias, despertando o interesse do capital internacional (FREIXO, 2009).

¹⁶ No entanto, é válido ressaltar que, como destaca Pinheiro em sua dissertação de mestrado “Ação e Omissão: a ambiguidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-1960”, na época da descolonização as relações entre Brasil e Portugal dificultaram a implantação de políticas de apoio a tais países. Para ela, a postura brasileira “[...] ainda se encontrava atrelada à retórica dos laços tradicionais de amizade à nação portuguesa, baseados na condição de ex-colônia e na herança cultural lusitana. Os deveres e a gratidão para com a ex-metrópole implicavam uma constante reafirmação dos

alto nas décadas de 1970 e 1980 e entrou em declínio na década de 1990, ainda assim, foi nesse período que a CPLP surgiu e se desenvolveu. Na ocasião, tanto a América Latina quanto a África passaram por uma grave crise econômica; os mercados africanos se reduziram e houve poucas oportunidades de negociação.¹⁷

Ao passo que os processos de descolonização na África se efetivaram, o Brasil percebeu que a intensificação de arranjos diplomáticos naquele continente traria visibilidade e novas possibilidades no cenário internacional:

As iniciativas para a África são suficientes para reconhecer o nascimento da política africana do Brasil. Ela não aconteceu sem consistência e sem cálculos estratégicos. No fundo, ela se tornou um capítulo importante na busca brasileira por novos parceiros políticos e econômicos internacionais e, ao mesmo tempo, serviu para a busca de maior autonomia no espaço das relações internacionais da época (SARAIVA, 1994, p. 289).

O projeto de criação da CPLP começou a se tornar mais concreto a partir do final do governo José Sarney (1985-1989) e no decorrer do governo de Itamar Franco (1992-1994), quando se tornou um assunto recorrente no discurso da diplomacia brasileira. Sua fundação oficial ocorreu em 17 de julho de 1996, incorporando os sete países do mundo cuja língua oficial é o português, são eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste, cuja inclusão oficial aconteceu em 2002. Além da identidade linguística, a CPLP está relacionada à construção de uma organização multilateral. O artigo 3º do Estatuto da CPLP define como objetivos fundamentais da comunidade: a concentração político-diplomática entre os membros, no que se refere a relações internacionais; a cooperação, principalmente, social, econômica, cultural, jurídica e técnico-científica; e a execução de projetos de difusão da língua portuguesa (CPLP, 1999).

A aproximação do Brasil aos países africanos de língua oficial portuguesa tem sido favorecida por programas existentes desde a década de 1970, programas esses que incluem intercâmbio educativo e a difusão de produtos culturais brasileiros como as

vínculos e impediam a tomada de decisão que ferissem determinados propósitos do governo português” (PINHEIRO, 1988, p. 80).

¹⁷ Ver SARAIVA, 1994.

telenovelas e a música, que difundem o ideal do modelo de vida brasileiro.

O ponto alto das relações entre tais países foi a partir do início do governo Lula (2003), quando a política externa brasileira passou a dar mais ênfase à cooperação Sul-Sul. José Flávio Sombra Saraiva (2012) chama atenção para a mudança de paradigmas observada a partir do governo Lula na atitude brasileira para com a África: houve um rompimento com a postura adotada anteriormente de persistência de uma gramática culturalista freyreana, que norteava a visão da diplomacia sobre a África e obscurecia fatos históricos desagradáveis, como a apoio de alguns governos ditatoriais brasileiros à manutenção das colônias portuguesas na África nas décadas de 1960 e 1970 e a cumplicidade com o *apartheid*. A partir de novo paradigma, o Brasil passou adotar o “discurso da dívida” reconhecendo os erros do passado.

A participação do Brasil na CPLP pode ser entendida através de duas perspectivas fundamentais: como uma forma de projetar os interesses brasileiros no exterior, alcançando parcerias mais significativas com os países que compõem a comunidade, e como uma possibilidade de obter novas formas de atuação conjunta para atender interesses globais. No entanto, a falta de clareza em relação ao propósito do projeto multilateral tem se mostrado um empecilho, principalmente, para a conquista da credibilidade dos países africanos em relação ao Brasil e a Portugal.

Para Ribeiro (2010), a adesão do Brasil à CPLP ainda não está clara, já que falta uma definição sobre seus objetivos, propostas e realizações. Para o autor:

É plenamente concebível identificar que sua participação esteja vinculada: a) à manutenção de sua influência junto aos países africanos, fruto de ações diplomáticas implementadas pelo país desde a década de 1960 no continente;

b) à reafirmação da abordagem multilateral desenvolvida pela política externa brasileira no esforço de diversificação e universalização de suas relações internacionais;

c) à avaliação positiva da relação custo-benefício da triangulação entre América, Europa e África que a Comunidade ratifica (RIBEIRO, 2010, p. 111-112).

Embora esses aspectos mencionados acima sejam mais perceptíveis, o sentido da participação do Brasil na CPLP ainda está limitado. Para o autor, faltam elementos para compreender de forma mais clara e objetiva como a chancelaria nacional pretende se apresentar perante o Fórum. Se existe, por exemplo, uma preocupação do país em espelhar ou induzir a formação de políticas dos diversos atores (RIBEIRO, 2010).

Considerações Finais

O Brasil e a China concedem grande ênfase à cooperação Sul-Sul em suas agendas de política externa, tendo como uma das principais estratégias para ganhar espaço no continente africano a ênfase no discurso de diferenciação da cooperação oferecida pelos países desenvolvidos.

Uma das principais diretrizes adotadas no Brasil, a partir da Política Externa Independente, foi a busca pela diversificação de parcerias. Neste ponto, tendo surgido na década de 1990, em meio a um processo de declínio das relações mercadológicas do Brasil com a África, a inserção do Brasil na CPLP tem ajudado a aprimorar a relação do Brasil com os PALOP e a fortalecer a imagem do Brasil frente a outros países africanos que têm valorizado cada vez mais os benefícios da cooperação Sul-Sul.

Neste artigo procuramos abordar a cooperação Sul-Sul como uma alternativa e não como uma proposta basilar de substituição da Cooperação Norte-Sul, tal alternativa tem como diferencial a busca pela construção de parcerias horizontais e menos assimétricas entre os países em desenvolvimento. A Cooperação Sul-Sul tem se desenvolvido muito nas décadas recentes e a China e o Brasil têm sido atores muito participativos nesse processo e esse empenho se evidencia principalmente na construção de agendas de cooperação com os países africanos. Nesse contexto, tanto a liderança chinesa no Fórum Macau quanto a participação atuante do Brasil na CPLP, funcionam como elementos facilitadores, mas não exclusivos da construção de novas parcerias de cooperação com os PALOP. Como foi evidenciado no artigo, tanto o Fórum Macau quanto a CPLP ainda possuem incoerências, conflitos de interesses e pontos a desenvolver. Cabe destacar também o caráter visivelmente mais multilateral da atuação brasileira em comparação à chinesa.

Algo que fica claro é que o Fórum Macau é prejudicial aos interesses brasileiros, pois fortalece a presença da China nos países africanos onde o Brasil possui mais relações, os PALOP. Este é um dos fatores aos quais se pode atribuir a resistência do Itamaraty em participar ativamente do Fórum. Atualmente o Brasil vem perdendo diversos contratos nos PALOP devido à dificuldade de competir com as vantagens oferecidas pela China. Apoiar o Fórum Macau seria o mesmo que apoiar a ampliação do espaço que a China vem conquistando nesses países de grande interesse estratégico para o Brasil.

É difícil atribuir empiricamente o papel do Fórum Macau e da CPLP na ampliação da CSS com os PALOP. Do mesmo modo que é difícil diferenciar quais recursos foram empregados em Cooperação para o Desenvolvimento. No atual estágio da CSS do Brasil, por exemplo, o Itamaraty não detém exclusividade na promoção da cooperação internacional, muitos ministérios possuem projetos e orçamentos destinados para essa finalidade, além disso há a participação de outros atores, como as entidades subnacionais. A política doméstica também é uma variável importante a ser considerada, visto que o peso e a importância atribuída a CSS mudam de acordo com a definição da agenda política dos atores que estão no poder. Através de uma análise comparativa entre o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT), por exemplo, é possível identificar que o governo Lula atribuiu uma importância muito maior às relações com a África e às estratégias da CSS, e esse ponto continua sendo prioritário no governo de Dilma Rousseff (PT).

Sobre a utilização estratégica do Fórum Macau pela China e da CPLP pelo Brasil para a ampliação da CSS nos PALOP, é possível afirmar que ambos os países têm obtido êxitos, conseguindo conquistar credibilidade e novas parcerias com as lideranças africanas, este sucesso se deve principalmente à eficiência dos dois poderes emergentes em se apresentarem como alternativas às relações com os países desenvolvidos que, já marcados pelo passado colonialista, muitas vezes utilizam a cooperação para obter vantagens econômicas através da inclusão de condicionantes em seus planos de cooperação.

VELOSO, I. The Macau Forum and the CPLP strategies for south-south cooperation of China and Brazil in Africa. *Perspectivas*, São Paulo, v.45, p.41-62, jan/jun. 2015.

■ **Abstract:** *This article aims to develop comparative reflections on the strategies of Brazilian and Chinese foreign policy in Africa through the activities of the Community of Portuguese Language Countries and the Forum for Economic and Trade Cooperation between China and Portuguese-speaking countries (Macau Forum). The point of departure for this article is how the CPLP and the Macau Forum to effectively contribute to the strengthening of Brazil's and China's relations with African countries with Portuguese as the official language. This approach is justified by the leading role that Brazil has the CPLP and the fact that China has used the Lusophone legacy of Portuguese colonization in Macau to create the Forum Macau and to expand its relations with PALOPs. This work is also justified by the lack of knowledge about the aims and forms of action of the Macau Forum and the CPLP in Africa.*

■ **Keywords:** *South-South Cooperation. Macau Forum. Community of Portuguese Speaking Countries.*

Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. *Acordos vigentes da cooperação técnica entre países em desenvolvimento – CGPD*. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/cooperacaotecnica/acordosvigentes/cgpd>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

ALDEN, C. *China in Africa*. Londres: Zed Books, 2007.

CABRAL, L.; WINESTOCK, J. *Brazilian technical cooperation for development: drivers, mechanics and future prospects*. London: Overseas Development Institute, 2010.

CABRAL, L. *Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: caracterização, tendências e desafios*. *Textos Cindes*, n. 26, Dezembro de 2011, 39p.

FLECK, I. *Perdão a países africanos impulsiona empresas brasileiras*. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 11 ag. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/08/1324813-perdao-a-paises-africanos-impulsiona-empresas-brasileiras.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

FREIXO, A. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

HILL, C. *The changing politics of foreign policy*. Londres: Palgrave, 2003.

HIRST, M. Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em cooperação sul-sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau. *Texto para discussão*, n. 1687. Ipea. Brasília: 2012. 49p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15146> julho 2014.

ITAMARATY. *Cooperação bilateral prestada*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.1-cooperacao-internacional-cooperacao-bilateral-prestada>>. Acesso em: 24 jul. 2014

KURLANTZICK, J. *Charm offensive: how China's soft power is transforming the world*. New Haven: Yale University Press, 2007.

LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: um ensaio conceitual. *Revista Mundorama*, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2010/06/15/cooperacao-sul-sul-um-ensaio-conceitual-por-iara-costa-leite/>

LIMA, M. R. S. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, IRI-PUC/RJ, ano 6, n. 12, p.7-28, jul-dez, 1990.

LIMA, M. R. S. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 48, p.24-59, 2005.

MENDES, C. A. A China e a Cooperação Sul-Sul. *Relações Internacionais*, n. 26, p.39-46, 2010.

MENDES, C. A. Macau 500 anos depois: a plataforma da China para o mundo lusófono. *Revista Oriente*, Lisboa, n. 22, p.44-59, 2013.

MILANI, C. R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p.211-231, 2012.

MILANI, C.; CARVALHO, T. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. *Estudos Internacionais*, v. 1, n. 1, p. 11-35, jan-jun, 2013.

NYE, J. *The future of power*. Washington, DC: Public Affairs, 2010.

PINHEIRO, L. *Ação e Omissão: a ambiguidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-1960*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1988.

RIBEIRO, C. O. Brasil, África, Portugal: da política externa independente à CPLP. Leviathan – *Cadernos de Pesquisa Política*, São Paulo, n. 1, p.99-117, 2004.

SARAIVA, J. F. S. Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com a África. In: CERVO, A. L. (Org.) *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 263-332.

SARAIVA, J. F. S. *África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SECRETARIADO PERMANENTE DO FORUM PARA A COOPERAÇÃO ECONOMICA E COMERCIAL ENTRE A CHINA E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (MACAU). *As trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa no primeiro semestre de 2014 foram de 64,68 mil milhões de dólares*. Disponível em: <<http://www.forumchinaplp.org.mo/pt/announce.php?id=2548>>. Acesso em: 01 ago. 2014.